



Nota de imprensa

15-10-2026

A posição do SINTAC sobre a privatização da TAP

O SINTAC não tem uma posição fundamentalista contra as privatizações. O que defendemos é que uma decisão desta dimensão tem de ser avaliada à luz do interesse nacional, da sustentabilidade da companhia e da proteção dos trabalhadores.

Em primeiro lugar, temos dúvidas sobre a recuperação do investimento público

Os contribuintes portugueses investiram cerca de 3,2 mil milhões de euros na TAP. Nesta primeira fase, o encaixe anunciado é de até 1.201 milhões de euros. O Governo diz que poderá recuperar o investimento através de uma segunda fase, de dividendos futuros e de uma eventual participação no grupo Lufthansa. Mas queremos perceber quanto desse dinheiro será efetivamente recuperado, em que prazo e com que grau de certeza.

Em segundo lugar, estamos perante uma empresa estratégica para Portugal

A TAP não é apenas uma companhia aérea. É fundamental para a ligação do país ao exterior, para a diáspora portuguesa, para as comunidades lusófonas e para a conectividade de Portugal com mercados onde a nossa posição geográfica e histórica tem um valor muito particular.

Por isso, preocupa-nos saber o que acontecerá se, numa segunda fase, a maioria do capital passar para a Lufthansa. O centro de decisão poderá ficar integrado num grupo estrangeiro, com interesses próprios e outros grandes centros de operação. É legítimo perguntar como serão conciliados esses interesses com as necessidades de Portugal.

Em terceiro lugar, as garantias relativas ao hub de Lisboa têm de ser claras, vinculativas e duradouras

Não basta garantir a manutenção do hub numa fase inicial. Queremos conhecer a duração dos compromissos, os mecanismos de fiscalização e as consequências para o comprador caso não sejam cumpridos. O mesmo se aplica às rotas estratégicas, às ligações às regiões autónomas e aos mercados da diáspora e da lusofonia.



Em quarto lugar, temos preocupações concretas relativamente aos trabalhadores

A integração num grande grupo internacional pode trazer oportunidades de crescimento, mas não elimina os riscos. Queremos garantias quanto ao emprego, à manutenção das competências em Portugal, à localização das funções e ao respeito pelos direitos e pelas condições de trabalho. Os trabalhadores não podem ser chamados a suportar os riscos de uma operação sobre a qual tiveram pouca participação.

Por último, consideramos que os trabalhadores e os seus representantes sindicais deveriam ter sido mais envolvidos numa decisão desta importância. Estamos a falar do futuro de uma companhia construída ao longo de décadas e que foi sustentada com recursos públicos.

A nossa posição é simples: não somos contra o investimento privado, mas exigimos transparência, garantias efetivas e a defesa do interesse nacional. A TAP não pode ser avaliada apenas pelo valor que entra nos cofres do Estado hoje. Tem de ser avaliada também pelo valor estratégico que continuará a representar para Portugal amanhã.

Há também uma questão de coerência na política económica do Estado. Se o Estado considera importante manter capacidade de intervenção em empresas e setores estratégicos, por que razão devemos aceitar que a TAP perca essa capacidade no futuro, precisamente numa atividade tão relevante para a soberania, a conectividade e a economia nacional?

Não estamos a dizer que todas as empresas têm de ser públicas. Estamos a perguntar se o modelo escolhido para a TAP é realmente o que melhor protege o interesse nacional a médio e longo prazo.

5 PERGUNTAS AO GOVERNO

01 - Recuperação do dinheiro público

Dos 3,2 mil milhões de euros investidos, quanto vai ser recuperado em dinheiro, quanto depende de uma eventual segunda fase e quanto depende de dividendos ou da valorização futura de ações?



02 - Garantias para além de 2028

Se a Lufthansa vier a deter a maioria do capital, que garantias concretas continuarão a proteger o hub de Lisboa, as rotas estratégicas e a sede da TAP em Portugal?

03 - Proteção do emprego

Que compromissos vinculativos existem para impedir que funções, postos de trabalho ou competências atualmente localizados em Portugal sejam transferidos para outros países do grupo?

04 - Participação dos trabalhadores

Porque não foram os representantes dos trabalhadores envolvidos de forma mais efetiva na discussão de uma operação que pode alterar profundamente o futuro da empresa?

05 - Interesse nacional

Que mecanismos terá Portugal para defender os seus interesses se as prioridades comerciais da Lufthansa entrarem em conflito com as necessidades de conectividade do país?

5. Três temas de especial relevância

- **Sobre o dinheiro:** "O Governo fala em recuperar o investimento público, mas os portugueses têm o direito de saber quanto vão recuperar efetivamente, quando e com que garantias."
- **Sobre o hub:** "Uma garantia para hoje não é necessariamente uma garantia para daqui a cinco ou dez anos. Queremos conhecer as condições contratuais que protegem o hub de Lisboa para além de 2028."
- **Sobre os trabalhadores:** "Não somos contra o investimento privado. Somos contra que se decida o futuro de uma empresa estratégica sem dar aos trabalhadores e aos seus representantes uma participação proporcional à importância dessa decisão."